

A ESCOLA COMO MICROCOSMO DA SOCIEDADE: PRÁTICAS REPRODUTIVAS E INCLUSIVAS

Victor Hugo de Oliveira Pinto
Mestrando-UFF
(victor.gotico@bol.com.br)

Resumo: O objetivo desse trabalho consiste em elucidar as complexas relações existentes na escola e como essas relações reproduzem o caráter de desigualdade social e valores opressivos. Para esse fim, são analisados a teoria do poder em Foucault, o caráter da crítica reprodutivista em Bourdieu, o cotidiano e a questão do multiculturalismo em Certeau, bem como é elucidado alternativas ao currículo oculto e os valores hegemônicos.

Palavras-chave: Escola. Microcosmo. Sociedade

Abstract: The aim of this study is to elucidate the complex relationships at school and how these relations reproduce the character of social inequality and oppressive values, for this purpose, the theory of power in Foucault are analyzed, the character of the critique reproductivist Bourdieu in the everyday and the question of multiculturalism in Certeau, as well as alternatives to elucidate hidden curriculum and the hegemonic values.

Key-words: School. Microcosm. Society

INTRODUÇÃO

O tema desse trabalho consiste em elucidar como a escola reproduz, através das suas práticas, os valores hegemônicos e desiguais da sociedade através dos currículos ocultos, também entendidos como currículos em ação. Entendendo que a escola é um microcosmo da sociedade, e que, por sua vez, está inserida no contexto político, econômico, cultural, social e histórico. A partir dessa elucidação, pode-se perceber o caráter reprodutivista de uma ideologia dominante por parte da escola durante as suas práticas disciplinares.

Foucault afirma que essas diversas estruturas mantem o poder opressivo a partir dos diversos mecanismos disciplinares e de enquadramento do sujeito. Por sua vez Certeau afirma que a todo o tempo, através dessa disciplinarização e enquadramento do sujeito em um determinado padrão e regras, o sujeito é inscrito em um determinado

contexto social, essa inscrição é responsável por produzir subjetividades. Durante esse processo de inscrição é que se dá a reprodução. Bourdieu afirma que essa reprodução está intrinsecamente relacionada à manutenção da hegemonia das ideias dominantes. A partir dessa estrutura de pensamento se constitui a necessidade desse trabalho estar alinhado ao grupo de direitos humanos, diversidade e educação: formação, currículo, metodologias e práticas educativas (GT- 13), uma vez que se trata de elucidar o caráter reprodutivista a partir do currículo oculto e a elucidação de alternativas a esse contexto. É importante atentar para o fato de que a escola acaba sendo um microcosmo da sociedade, é na escola que está presente os valores que constituem a sociedade, desde a autoridade e poder de punição por parte da equipe diretiva, aos mecanismos de enquadramento por parte das práticas de avaliação e ritos comportamentais impostos pela escola até as práticas de inclusão e exclusão por parte da construção do perfil do aluno pelo professor.

Esses mecanismos são responsáveis pela produção de subjetividades, pela inserção do sujeito em um modelo comportamental e social, que é responsável pela sua inclusão dos indivíduos na sociedade e no conjunto de relações que a constituem a partir dos valores apreendidos na escola. Entretanto, essa inclusão reserva para as pessoas a anulação do seu ser e da sua criatividade, uma vez que essas regras inscrevem e escrevem os corpos e as personalidades em um padrão cujo custo para essa inserção é a padronização do pensamento, da criticidade e da criatividade.

1 Metodologia: A concepção de inclusão e exclusão através das práticas cotidianas da escola

Para a elucidação do objetivo desse trabalho é importante considerar a dialética entre estrutura e superestrutura, na medida em que a escola não está dissociada do contexto histórico-social em que se encontra, reproduz e manifesta os valores hegemonicamente presentes no contexto em que está inserida. Também quando é dito que a escola é um microcosmo da sociedade, é dito por que na escola estão presentes as diversas relações sociais existentes na sociedade civil, desde a punição até os mecanismos mais complexos de construção da subjetividade, a partir de todo um constante ritual de aprendizagem, hierarquia, obediência e padronização a partir e

métodos avaliativos que desconsideram a individualidade, a criatividade e os saberes de cada um.

Para fundamentar esse trabalho, foi associado o texto de Michel Foucault, *Vigiar e Punir*, o artigo de François Dubet: *O que é uma escola justa?* em que o autor elucida o caráter exclusivo da escola e as políticas compensatória como uma maneira de inclusão. O livro de Michel Certeau: *A invenção do cotidiano*, em que o autor fala da questão da inscrição cotidiana do sujeito em um dado contexto a partir da modelação das pessoas e sua inscrição em uma determinada ordem via educação, o livro *Meditações pascalinas* de Pierre Bourdieu em que o autor analisa o senso comum e os fundamentos históricos da razão que construiu esse consenso e, por último, é citado mais um texto de Certeau chamado de *A cultura no plural*. Esses textos compreendem uma análise das estruturas que compõem a dinâmica das relações sociais, o caráter das construções das relações e da formação social bem como elucidam os fins omitidos por essas relações e estruturas organizacionais.

A partir desses elementos é construído todo um mapeamento de como se dá a estrutura política do Estado e as relações de poder mantidas pelas suas estruturas, como as relações cotidianas reproduzem essas relações de poder e como esse cotidiano se materializa nas relações sociais e como se dá os diversos métodos, até os mais sutis, na inscrição do sujeito, a partir de uma inclusão excludente dos seus valores e da sua alteridade. A partir desse panorama, pode-se compreender o papel reprodutor da escola bem como os meios de constituir práticas mais compreensivas e alternativas à esse modelo excludente construído pelos mecanismos avaliativos, dos rituais de comportamento e adequação do indivíduo em relação as regras e consensos.

2 Análise dos resultados (fundamentação): Reprodução, coerção e inscrição: os desafios para a inclusão.

Ao analisar a escola, deve ser entendido que a essa organização se constitui como uma superestrutura que, por sua vez não está dissociada da estrutura e da base da sociedade. Logo, a escola como um elemento inserido num contexto social, reproduz os valores existentes no consenso dos valores culturais. A escola, como parte integrante da sociedade, faz parte de todo um processo de ajuste do indivíduo ao corpo de relações sociais que, por sua vez são norteados pelo consenso geral e os valores que constituem esse consenso. Por sua vez a relação integrada entre a superestrutura e a estrutura social se dá pela interconexão entre as estruturas que sustentam as superestruturas, que

Bourdieu chama de *estruturas estruturantes*, estruturas, e valores que compõem conceitos e subjetividades. Um exemplo que ilustra esse fato está na relação entre a escola e sociedade. O caráter reprodutivo da escola se dá a partir das suas práticas curriculares e disciplinares que acomodam e conforma o sujeito à participação na sociedade.

O Estado possui dois elementos para manter a sua hegemonia: o convencimento e a coerção. Nesse âmbito a formação do indivíduo é constituída para ser acomodado e conformado as relações e práticas vigentes e aos ideários dominantes na sociedade e, para tal, existe todo um processo educacional que congrega os aspectos de coerção e convencimento. Daí o fato da escola ser o microcosmo da sociedade, pois no seu processo formativo congrega esses dois aspectos, tanto de convencimento como o de coerção, desse modo, reproduzindo o aspecto comportamental e de consenso da sociedade. Portanto a educação, nesse sentido assume uma função de convencimento, mas também de coerção na medida em que existe todo um aparato repressivo a partir dos mecanismos avaliativos e das práticas disciplinares. Foucault (1999) analisa que esse enquadramento se dá a partir do controle das atividades através de uma série de dispositivos disciplinares, sendo o principal deles o controle do tempo.

“[...] Por outros meios, a escola mútua também foi disposta como um aparelho para intensificar a utilização do tempo; sua organização permitia desviar o caráter linear e sucessivo do ensino do mestre; regulava o contraponto de operações feitas, ao mesmo tempo, por diversos grupos de alunos sob a direção dos monitores e dos adjuntos, de maneira que cada instante que passava era povoado de atividades múltiplas, mas ordenadas; e por outro lado o ritmo imposto por sinais, apitos, comandos impunha a todos normas temporais que deviam ao mesmo tempo acelerar o processo de aprendizagem e ensinar a rapidez como uma virtude [...]” (p.180).

A partir desses mecanismos de controle, o indivíduo é condicionado por todo um processo de disciplina. Além dos dispositivos de condicionamento existem os currículos ocultos que residem nas práticas cotidianas da escola, trata-se das práticas que mantêm o sujeito condicionado para ser inscrito na sociedade e ser incluído em uma ordem normatizadora. Tal inclusão se dá a partir da acomodação do sujeito a um dado consenso previamente estabelecido. Dessa forma, não se pode divorciar o processo formativo escolar das práticas sociais, dos valores e da cultura da sociedade, e são essas interconexões que fazem com que essas estruturas sejam estruturas estruturantes, ou seja, os valores da sociedade influenciam o caráter da escola, os currículos, o modo de

disciplinar o sujeito para pertencer a um determinado tipo de ordem e se enquadrar em um padrão e essa mesma instituição é responsável pelo condicionamento e enquadramento dos indivíduos a uma determinada organização social.

Desse modo, segundo Bourdieu (2001) a escola com os seus métodos avaliativos, é fundamental para adequar o sujeito a um consenso social que constitui a subjetividade e a formação da identidade do sujeito a partir da educação como um objeto de formação para a adequação e convivência em sociedade, para o sentimento de pertencimento a um povo e cultura e de valores compartilhados, assim, padronizando os indivíduos a partir de uma niveladora formação e enquadramento das diversas subjetividades a uma inclusão em determinados padrões e regras comportamentais que constituem os valores culturais inscritos no sujeito para se inserir no coletivo social. Logo a padronização é concebida pelo fato de que

O senso comum é em grande parte nacional porque quase todos os grandes princípios de divisão têm sido até agora inculcados ou reforçados pelas instituições escolares cuja missão máxima consiste em construir a nação como população dotada das mesmas “categorias”, logo do mesmo senso comum (BOURDIEU, 2001, p. 119).

A inserção do sujeito se dá a partir da sua inclusão em normas, regras e padrões que se não está devidamente domesticado é excluído, e a escola desde cedo realiza essa missão de uma educação para a aceitação na sociedade cujo custo é a uniformização do ser em nome da sua inserção. A aceitação do sujeito ao padrão exige previamente todo um processo de formação e enquadramento que combinam a coerção presente nos aparatos repressores e disciplinares da escola e os aspectos de convencimento que estão presentes no processo ensino-aprendizagem. O convencimento está associado ao caráter das ideologias dominantes existentes no consenso social e que, por sua vez, reproduzem o senso comum, que mostra que a escola como superestrutura reproduz o caráter das estruturas, ou seja, da base que a sustenta (a sociedade).

Existe um processo de enquadramento do sujeito ao padrão, e esse enquadramento acaba por suprimir a sua alteridade através desse processo formativo, e quando o sujeito não é adaptado por não ter sido convencido e, conseqüentemente, não se enquadrando, passa a ser submetido aos processos coercitivos. Da mesma maneira que esse processo se dá nas mais variadas esferas sociais, inclusive do Estado em que o convencimento está presente nos meios de comunicação e a coerção está presente no poder de polícia do Estado, a educação, por sua vez, reflete e converge esses dois

elementos como uma forma de preparar o sujeito para a sociedade, adaptando-o a esses dois aspectos. Certeau (1998) afirma que desde cedo, os diversos mecanismos disciplinares inscrevem as pessoas na sociedade, nas regras sociais através dos mais variados instrumentos de avaliação, existe uma escrita corporal que inscreve os sujeitos em culturas e grupos sociais, e que essa escrita não é necessariamente marcas, mas rituais, práticas disciplinares que conformam os sujeitos. Dessa forma a escola está formando ou formatando? Está preparando o sujeito pra participar da sociedade ou conformando o sujeito a se ajustar a ela? A sociedade traz consigo todo um discurso formatado e uma lei que padroniza e condiciona os corpos.

Não há direito que se escreva sobre os corpos. Ele domina o corpo. A própria ideia de indivíduo isolável do grupo se instaurou com a necessidade, sentida pela justiça penal, de corpos que devem ser marcados por castigo e, pelo direito matrimonial, de corpos que devem marcar com um preço nas transações entre coletividades. Do nascimento ao luto, o direito se “apodera” dos corpos para fazê-los seu texto. Mediante toda sorte de iniciações (ritual, escolar, etc.), ele os transforma em tábuas da lei, em quadros vivos das regras e dos costumes, em atores do teatro organizado por uma ordem social (p. 231).

O efeito dessa escritura formatada nos corpos é o condicionamento e a domesticação das pessoas para se inserirem nesse contexto, portanto. Desde cedo a formação se configura como uma formatação e condicionamento do indivíduo a um sistema de relações de poder. A conformação do sujeito se trata da inscrição da aceitação passiva no sujeito.

Entretanto, existem aqueles que não se adequam, por uma série de questões, por causa das diferenças culturais, por conta de diferenças de concepções de mundo, diferenças de maneiras de pensar e enxergar a vida e etc., como lidar com esses sujeitos? Torna-se necessário entender que essas pessoas representam o contraponto ao padrão e que é necessário suprimir essa formatação pelo diálogo com as diferenças. Esse processo é fundamental para a construção de um maior respeito às diferenças, acabar com preconceitos que, por mais que a escola e as instituições de ensino não corroborem, a prática escolar de reprodução de um senso comum que é, em sua raiz, eurocêntrico, sexista e padronizador, acaba por permitir a continuação dessas práticas por não oferecer um contraponto. O silêncio é o maior sinal de cumplicidade. Para Certeau (2003) é impossível separar os conteúdos das relações sociais existentes, visto

que a escola se configura como um dos espaços onde pode ser possível reaprender a conjugação da pessoa por práticas específicas, logo

Sejam quais forem as questões globais assim levantadas, é impossível aceitar, até mesmo nas escolas, uma tal separação (que apresentei esquematicamente) entre o saber e a relação. Essa dicotomia entre as programações objetivas e a comunicação individual caracteriza cada vez mais a sociedade como um todo. A escola poderia ser *um* dos lugares onde seja possível reaprender sua conjugação em uma prática específica. De momento, sob uma forma que se tornou secundária, ela permite sua experimentação: ela constitui um laboratório onde o problema social é miniaturizado, mas visível e passível de tratamento (o que não quer dizer: regulamentável), contato se explicitem seus terrenos (p. 129).

Portanto, a mesma escola que se configura como um espaço de reprodução, também pode se configurar como um espaço de disputa. É essa possibilidade de disputa que faz o ambiente escolar ser um espaço de perplexidades onde se desvelam as mais variadas possibilidades, ou seja, a mesma escola que reproduz é a mesma que pode ressignificar e criar, é a mesma escola que pode ser um espaço de descoberta a partir do conhecimento desinteressado e da convivência entre diferentes concepções da vida. Na medida em que esse posicionamento é assumido valores como tolerância, respeito a diversidade surgem a tona e servem como uma forma de mostrar a escola como um espaço que, de fato deve ser de todos e deve pertencer a todos. Na medida em que se entende que cada pessoa produz narrativas e experiências próprias, pode-se entender os alunos como capazes de ensinar. Daí a importância, segundo Dubet (2004) de construir uma escola que reconheça as desigualdades históricas e faça com que passe a tratar todos como sujeitos e potencialidades independentemente das suas condições, assim superando os preconceitos em relação aos grupos historicamente discriminados, desse modo,

Os vencidos serão mais bem tratados quando se pensar que a escola deve educar todos os alunos independentemente de seu desempenho escolar, quando os alunos e suas famílias se associarem à vida da escola, quando os alunos forem tratados como sujeitos em evolução e não apenas como alunos engajados na competição. Podemos tranquilizar-nos, isso não convida nem à acomodação nem à demagogia (p. 553).

Através da valorização da alteridade das pessoas, e da possibilidade que a escola pode oferecer para além de um campo de enquadramento, se pode constituir um processo de ensino aprendizagem que realmente sensibilize, reconheça e dialogue com as diferentes alteridades e faça com que as pessoas possam desenvolver as suas diversas

possibilidades. Assim a escola passa a ser um espaço da inventividade e da criação ao invés de ser um espaço de formatação. A concepção de um ensino enquadrado e formatado é substituída pela concepção dialógica entre o aprender e ensinar. Essa abordagem não admite modelos, pois modelos significa enquadramento, essa abordagem considera os mais variados aspectos e possibilidades de aprendizado, assim construindo a escola como um espaço de possibilidades e não como um espaço de uniformização.

Conclusão

Apesar de termos uma escola padronizadora, e que reproduz o senso comum a partir de todo um projeto de adequação e conformação do sujeito para o consenso da sociedade, a escola também é um espaço de disputa. Na medida em que a escola, como uma superestrutura, reflete o caráter das relações sociais existentes no conjunto social, político, cultural e econômico em que se situa, reproduz também as relações de poder e de concorrência de diferentes interesses que também se situa na sociedade. Portanto, a escola se configura também como um espaço de disputa entre diferentes maneiras de conceber a realidade concreta e objetiva das relações sociais que permeiam os processos de ensino-aprendizagem bem como os conceitos e práticas curriculares da escola.

A partir de uma abordagem mais transversalizada, é possível constituir uma concepção de ensino capaz de superar os moldes que modelam as pessoas a serem inseridas em todo um conjunto social que tolhe a criatividade e a reflexão crítica da realidade em nome da aceitação passiva de um padrão previamente estabelecido por um consenso social. A partir dessa noção, passa a ser imprescindível para essa nova abordagem considerar a alteridade de cada pessoa, remodelando o papel de meramente transferidor de conteúdos, e, para tanto, é necessário rever e problematizar o próprio paradigma do processo ensino-aprendizagem, ao invés de meramente transferir os conteúdos; passa a problematizar os conteúdos e os valores e concepções ideológicas que estes representam. A partir desse método se pode despertar a reflexão, instrumento fundamental para a compreensão para além da mera apreensão dos conteúdos, e essa compreensão e reflexão se faz como um elemento chave para o aluno formular suas concepções e valores e assim constituir a sua autonomia para que não seja transformado em massa de manobra em detrimento do seu ajuste a sociedade.

Dessa forma, uma educação multicultural se faz essencial pra a consolidação de um apreço ao respeito e a construção de um maior aprendizado com as diferentes narrativas que permeiam a sociedade e as suas mais variadas relações. A partir desse respeito pode-se estudar outras narrativas e outros aprendizados, além dos ditos “oficiais”, desse modo, construindo outros ângulos de percepção e apreensão do mundo e assim abrindo possibilidades para a construção de outros valores para além dos previamente formatados para os educandos que vão ser enquadrados no corpo social. Desse modo, a educação passa a assumir um caráter político e transformador ao invés de meramente reprodutor.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalinas**. Tradução de Sérgio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CERTEAU, Michel. **A cultura no plural**. 3 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. 3ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

DUBET, François. O que é uma escola justa. **Cadernos de Pesquisa**, vol. 34, n. 123, p. 538-555, set/dez, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 27 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.